

15 SET 1980

Assembleia
Proposta Constituinte

Rio de Janeiro

Além do PMDB, do PDT e do PTB, também o PP renovou, em nota oficial, a solicitação de uma Assembleia Constituinte "cada vez mais reclamada pela consciência democrática". Pragmaticamente, sugere, ainda, que essa tarefa institucionalizadora seja atribuída ao Congresso Nacional, a ser eleito em 1982. Fora dessa linha e, mais do que isso, contrários a ela, estão apenas o PDS — em parte menos devido à convicção de suas bancadas do que às práticas de reflexo condicionado — e o PT, que considera desimportante o assunto.

O caos estabelecido pelo esfrangalhamento da Constituição de 1946 — que o tempo, aliás, superara — ultrapassou todos os graus imagináveis, mesmo em países que jamais tiveram qualquer organização democrática. De 9 de abril de 1964 à recente abolição do AI-5, em 1979, não tivemos, a rigor, nenhuma Lei Magna, pela qual se regessem as demais, salvo o curto período de vigência da autoritária Carta de 1967, que o marechal Castelo Branco impôs a toque de caixa a um Congresso mutilado pelas cassações sucessivas.

O que vigora hoje não passa desse mesmo documento odioso, piorado drasticamente, em 1969, pela Junta Militar, e, por sua vez, alterado por sucessivas emendas, das quais as mais célebres, no consulado de Geisel, são o "pacote de abril" (1977) e a emenda n.º 11.

De então para cá, a balbúrdia só fez aumentar, na matéria. Uma vez que a alteração da Carta passou a depender apenas dos votos da maioria absoluta, em cada uma das casas do Legislativo, resulta desse facilitário que há hoje, no Congres-

so, cerca de cem propostas correndo em exame. A razão já se vê: pelo dispositivo criado, e contando o governo com a maioria parlamentar necessária, a Carta continua a ser um jogo de arranjos, adaptando-se às circunstâncias do dia e à tática da hora. O poder continua a ser a única lei existente. Assim como agora, por mera conveniência própria, o governo cancelou eleições, pode alterar-lhes continuamente as regras ou suspendê-las de novo.

Da atual colcha de retalhos tornou-se literalmente impossível fazer qualquer peça viável, tão absurdas as intrusões em seu texto, que desce até a detalhes regimentais, sobre o Senado e a Câmara. Mais importante ainda é que, politicamente, jamais foi possível a um país sair de verdade de um longo regime ditatorial, sem criar novo pacto que reflita as novas condições existentes. Getúlio, em 1945, tentou desviar o problema (editando um ato adicional) mas teve de render-se à realidade dos fatos.

A tentativa oficial de apresentar um projeto consolidado, ainda no decorrer da presente legislatura, repete, com 35 anos de atraso, a fracassada receita de Vargas. A idéia de uma Constituinte, enraizada nas principais forças políticas e exigida pela consciência jurídica, foi derrotada pela violência de Geisel. Mas ela agora volta a crescer e vai ser difícil contê-la nos meses que vêm.

N. R.